



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

**ANALISTA CONTÁBIL DA ADMINISTRAÇÃO
ESTADUAL**

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

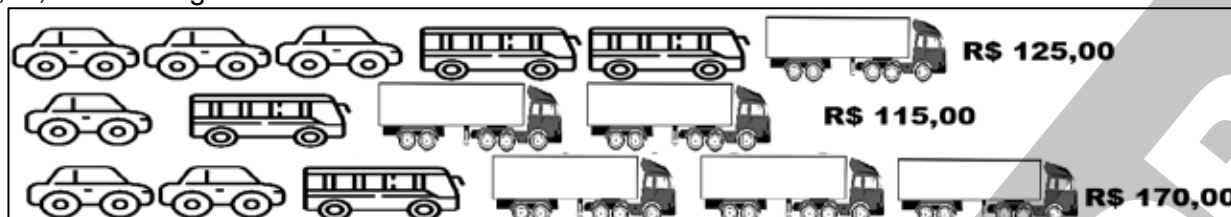
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.

II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.

III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma supralegal.
- (B) podem ter hierarquia supralegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

(A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.

(B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.

(C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.

(D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.

(E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

(A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.

(B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.

(C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.

(D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

(E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

(A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.

(B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.

(C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.

(D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.

(E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
- (B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
- (C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
- (D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
- (E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
- (B) R\$ 4.800.000,00.
- (C) R\$ 5.200.000,00.
- (D) R\$ 5.500.000,00.
- (E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
- (B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
- (C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
- (D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
- (E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA CONTÁBIL DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

51 A Cia Vitória Régia iniciou suas atividades em março de 2024 (caso hipotético). Durante o mês de março, a empresa realizou as seguintes atividades:

1. Assinatura do contrato de aluguel do imóvel, no valor de R\$ 50.000,00 mensal, onde irá funcionar a sede da empresa, a partir de abril/2024.
2. Integralização total do capital social, em moeda corrente, no montante de R\$ 1.000.000,00.
3. Abertura de conta corrente no Banco Solidário, para depósito bancário do valor do capital social.
3. Aquisição, à vista, de mercadorias para revenda, no montante de R\$ 500.000,00.
4. Solicitação de orçamento para aquisição de móveis, a prazo, para o funcionamento da empresa, no montante de R\$ 50.000,00.
5. Contratação de funcionários do departamento administrativo e de vendas, resultando em contrato de mão de obra no montante de R\$150.000,00, mensal para início em abril/2024.
6. Aquisição de terreno, por meio de financiamento bancário, no montante de R\$ 300.000,00.

Considerando somente as atividades descritas acima, podemos inferir que, no final do mês de março,

- (A) o valor correspondente aos ativos totais da empresa é de R\$ 1.350.000,00.
(B) as obrigações com terceiros, registradas pela empresa, correspondem ao montante de R\$ 300.000,00.
(C) o ativo imobilizado da empresa corresponde ao montante de R\$ 800.000,00.
(D) o saldo da conta caixa é de R\$ 0,00.
(E) o saldo da conta banco é de R\$ 500.000,00.

CONSIDERE AS OPERAÇÕES A SEGUIR DESCRITAS, REALIZADAS PELA CIA VITÓRIA REGIA, PARA RESOLVER ÀS PRÓXIMAS 4 (QUATRO) QUESTÕES.

- No dia 10/04/2025: compra de 200 unidades do Produto A, para revenda, com valor unitário de R\$ 100,00, com impostos recuperáveis incluídos às alíquotas hipotéticas de ICMS 10%, PIS 2% e COFINS 8%. A compra foi contratada para pagamento à vista.
- No dia 25/04/2025: compra de 500 unidades do Produto A, para revenda, com valor unitário de R\$ 120,00, com impostos recuperáveis incluídos às alíquotas hipotéticas de ICMS 10%, PIS 2% e COFINS 8%. A compra foi contratada para pagamento a prazo.
- No dia 30/04/2025: venda de 600 unidades do Produto A, pelo valor unitário de R\$ 300,00, com os seguintes impostos incidentes às alíquotas hipotéticas de ICMS 20%, PIS 2% e COFINS 8%. A venda foi realizada com 50% à vista e 50% em 02 parcelas.

Considere exclusivamente as informações acima e as disposições contidas na NBC TG 16 (R2) Estoques.

52 A empresa avaliou o estoque pelo método de custeio PEPS. Seu Resultado Operacional Bruto é, aproximadamente,

- (A) R\$ 74.520,00.
(B) R\$ 74.441,00.
(C) R\$ 63.742,00.
(D) R\$ 64.313,00.
(E) R\$ 57.390,00.

53 A empresa utilizou o método de custeio baseado no Custo Médio Ponderado Móvel, podendo-se inferir que o Resultado Operacional Bruto da empresa é, aproximadamente,

- (A) R\$ 74.923,14.
(B) R\$ 74.057,14.
(C) R\$ 63.742,00.
(D) R\$ 64.313,00.
(E) R\$ 57.390,00.

54 Considerando que a empresa utilizou o método de custeio baseado no Custo Médio Ponderado Móvel, o saldo da conta Estoque é, aproximadamente,

- (A) R\$ 12.000,00.
(B) R\$ 11.429,00.
(C) R\$ 10.128,14.
(D) R\$ 9.714,00.
(E) R\$ 9.257,14.

55 Os saldos das contas ICMS a Recolher, PIS a Recolher e COFINS a Recolher são, respectivamente:

- (A) R\$ 34.200,00; R\$ 2.406,00; R\$ 11.081,00.
- (B) R\$ 5.600,00; R\$ 1.228,00; R\$ 5.654,40.
- (C) R\$ 28.600,00; R\$ 2.406,00; R\$ 11.081,00.
- (D) R\$ 28.000,00; R\$ 1.440,00; R\$ 5.760,00.
- (E) R\$ 34.200,00; R\$ 1.178,00; R\$ 5.426,00.

56 A Cia Samambaia, realizou, no mês de abril/2025, as seguintes atividades (caso hipotético):

1. Venda de mercadorias, sendo 50% recebido à vista, em moeda corrente, e 50% a prazo, com aplicação de taxa de juros de 1% sobre as parcelas a vencer em 30, 60 e 90 dias.
2. Aquisição de um veículo, para entrega das mercadorias, através de um financiamento bancário com taxa de juros de 10% a.a.
3. Depósito bancário dos valores recebidos na venda à vista.
4. Aquisição de microcomputadores, à vista, para utilização nas atividades da empresa.
5. Pagamento de parcelas do financiamento bancário, com atraso.

Considerando as atividades acima realizadas no mês de abril, podemos dizer que as atividades

- (A) 1 e 4 correspondem a fatos contábeis mistos.
- (B) 2 e 3 correspondem a fatos contábeis modificativos.
- (C) 3 e 4 correspondem a fatos contábeis modificativos.
- (D) 3 e 5 correspondem a fatos contábeis permutativos.
- (E) 2 e 5 correspondem a fatos contábeis mistos.

57 A Cia AmazonTech, com a finalidade de atender às demandas da Black Friday e das festas de fim de ano, realizou, no mês de outubro de 2025, aquisição de equipamentos de informática para revenda (caso hipotético). A seguir estão relacionadas algumas informações relativas a essa aquisição:

1. Aquisição de equipamentos, no montante de R\$ 800.000,00, com impostos recuperáveis inclusos no valor de R\$ 56.000,00.
2. Frete pago pelo fornecedor, no montante de R\$ 10.000,00, com impostos recuperáveis no total de R\$ 700,00.
3. Gastos com configuração dos equipamentos para ficarem aptos para o uso, no total de R\$ 8.000,00.
4. Gastos com treinamento para equipe de vendas, sobre o manuseio dos equipamentos, no total de R\$ 3.000,00.
5. Gastos com campanha de marketing para divulgação e venda dos equipamentos, no total de R\$ 5.000,00.

Com base nas informações apresentadas e nas disposições contidas na NBC TG 16 (R2) Estoques, é correto afirmar que o custo de aquisição do estoque é

- (A) R\$ 755.000,00.
- (B) R\$ 753.300,00.
- (C) R\$ 752.000,00.
- (D) R\$ 747.000,00.
- (E) R\$ 744.000,00.

58 Em 31/12/2024, a empresa AmazonTech ficou com um saldo na conta de estoque de equipamentos no valor de R\$ 350.000,00 (caso hipotético). Em virtude de os equipamentos tecnológicos estarem sujeitos a desvalorização por inovação tecnológica, a empresa realizou uma avaliação do valor realizável líquido dos equipamentos e apurou um montante de R\$ 200.000,00. Em janeiro de 2025, a empresa fez uma promoção e vendeu todos os equipamentos por R\$ 300.000,00, tendo um gasto de R\$ 2.000,00 com frete para entregar a mercadoria ao cliente e R\$ 3.000,00 de comissão para os vendedores. Considerando somente essas informações, o resultado da operação, em 2025, é

- (A) R\$ 100.000,00.
- (B) (R\$ 55.000,00).
- (C) (R\$ 50.000,00).
- (D) R\$ 95.000,00.
- (E) (R\$ 150.000,00).

59 A Cia AmazonTech iniciou o ano de 2025 com um Patrimônio Líquido de R\$ 500.000,00 e apresentou as seguintes operações no encerramento do exercício (caso hipotético):

- Receita Bruta de Vendas: R\$ 1.500.000,00 (considere apenas a incidência de 19% de ICMS e 34% de tributos sobre o lucro).
- Custo das Mercadorias Vendidas: R\$ 560.000,00.
- Despesas Administrativas: R\$ 200.000,00.
- Ganho na venda de imobilizado: R\$ 80.000,00 (valor contábil R\$ 200.000,00, vendido por R\$ 280.000,00).
- Perda por redução ao valor recuperável do ativo: R\$ 40.000,00 (equipamentos).
- Aquisição de ações da própria companhia (Ações em Tesouraria) por R\$ 30.000,00.
- Destinação de 5% dos lucros para Reserva Legal.

Com base nas informações fornecidas, o valor do patrimônio líquido, no final do exercício de 2025, é de

- (A) R\$ 965.000,00.
- (B) R\$ 813.035,00.
- (C) R\$ 796.700,00.
- (D) R\$ 826.700,00.
- (E) R\$ 780.365,00.

60 A NBC TG Estrutura Conceitual estabelece que o Regime de Competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente (Regime de Caixa).

Baseado nesse contexto, analise as operações a seguir, realizadas pela empresa Amazônia Construções S/A, que iniciou suas atividades em 01/10/2025 (caso hipotético).

01/10: Contratou um software de gestão por 12 meses, pagando R\$ 24.000,00 à vista.

01/11: Vendeu um imóvel, por R\$ 800.000,00. O cliente pagou 40% à vista e financiará o restante em 2026. A entrega das chaves e a transferência de riscos e benefícios ocorreram no ato da venda.

01/12: Contratou um seguro contra incêndio por R\$ 18.000,00 para cobertura de 12 meses. O pagamento foi feito em duas parcelas iguais, com vencimento em janeiro e fevereiro de 2026.

15/12: Recebeu R\$ 50.000,00 como adiantamento de um serviço que será prestado somente em março de 2026.

31/12: A empresa decidiu estimar 2% do saldo a receber da venda de imóveis como Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

31/12: A folha de pagamento de dezembro, no valor de R\$ 30.000,00, foi quitada apenas no 5º dia útil de janeiro de 2026.

Considerando exclusivamente as operações acima e as normas estabelecidas na NBC TG Estrutura Conceitual, os resultados obtidos pela empresa, pelo Regime de Competência e Regime de Caixa, respectivamente, no final de 2025, são

- (A) R\$ 752.900,00 e R\$ 346.000,00.
- (B) R\$ 782.900,00 e R\$ 346.000,00.
- (C) R\$ 802.900,00 e R\$ 370.000,00.
- (D) R\$ 734.900,00 e R\$ 346.000,00.
- (E) R\$ 752.900,00 e R\$ 320.000,00.

61 A equipe da contabilidade da Cia Cheiro do Pará, com intuito de aprimorar a relevância das informações contábeis da companhia, realizou duas alterações significativas em seus registros no encerramento do exercício de 2025 (caso hipotético):

- Estoque: alteração do método de avaliação de seus estoques de PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro Que Sai) para Custo Médio Ponderado Móvel, pois entendem que o novo critério reflete melhor o fluxo físico e econômico de seus produtos.
- Imobilizado: revisão da vida útil de seu parque industrial de 10 para 15 anos, com base em laudos técnicos de engenharia, que apresentou uma extensão no período esperado de utilização dos ativos.

Considerando as disposições da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, o tratamento contábil adequado para as situações mencionadas, respectivamente, é

(A) mudança de política contábil (aplicação retrospectiva) e mudança de estimativa contábil (aplicação prospectiva).

(B) mudança de estimativa contábil (aplicação prospectiva) e mudança de política contábil (aplicação retrospectiva).

(C) mudança de política contábil (aplicação prospectiva) e mudança de estimativa contábil (aplicação prospectiva).

(D) que ambas as situações devem ser tratadas como retificação de erro material, exigindo reapresentação retrospectiva de todas as demonstrações contábeis.

(E) que ambas as situações representam mudanças de políticas contábeis e devem ser aplicadas retrospectivamente contra o saldo de Lucros Acumulados.

62 No dia 10/10/2025, a entidade Amazônidas S/A pagou uma parcela de um empréstimo bancário no valor de R\$ 50.000,00 (caso hipotético). No entanto, o assistente contábil registrou o débito na conta de Fornecedores, confundindo as obrigações. O erro foi detectado apenas no fechamento do exercício. Para corrigir o erro, no exercício seguinte, a equipe contábil debateu as formas de retificações previstas na norma contábil ITG 2000 (R1). Com base na situação apresentada e na norma citada, analise as assertivas a seguir:

- I. O estorno, que consiste em um lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente, deve ser utilizado obrigatoriamente em todos os casos de erro de valor ou de conta.
- II. A transferência é a forma de retificação apropriada para regularizar um lançamento que foi transcrito corretamente no livro Diário, mas que foi postado em conta indevida.
- III. Os lançamentos de retificação devem conter, eventualmente, a data e o motivo da correção, além da referência ao lançamento original.
- IV. A escrituração contábil em forma digital dispensa a entidade da manutenção dos documentos de suporte (comprovantes), desde que o arquivo digital esteja assinado com certificado digital e transmitido ao órgão competente.

É(são) correta(s) a(s) assertiva(s)

- (A)** I, apenas.
- (B)** II e III.
- (C)** II, apenas.
- (D)** I e III.
- (E)** III, apenas.

63 A NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis dispõe que as notas explicativas devem: (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis; (b) divulgar a informação requerida pelas normas, interpretações e comunicados técnicos que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão. Com base nas disposições contidas na norma citada, analise as hipóteses a seguir:

- I. Mudança de método de avaliação do estoque de PEPS para Custo Médio Ponderado não precisa gerar notas explicativas, pois o valor do estoque já está devidamente apresentado no balanço.
- II. Processo judicial trabalhista em que uma empresa é ré, cujo risco de perda é classificado pelos consultores jurídicos como provável, deve ser informado somente em notas explicativas.
- III. No caso de incêndio ocorrido no prédio da empresa no início do ano, posteriormente ao encerramento do exercício, devem ser apresentadas notas explicativas, pois o investidor precisa saber desse fato para entender o futuro da empresa.
- IV. Informação referente à alienação fiduciária de um imóvel como garantia de empréstimo bancário, mesmo que a empresa honre seus compromissos adequadamente, precisa ser evidenciada em notas explicativas.

São corretas as assertivas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

64 A NBC TG 23 (R5) tem como objetivo definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, esta Norma estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. De acordo com a norma, considere as seguintes assertivas:

- I. A entidade cujas demonstrações contábeis estão em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC não precisa declarar de forma explícita e sem reservas essa conformidade nas notas explicativas.
- II. A entidade deve apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior, adicional aos comparativos mínimos das demonstrações contábeis exigidas, se aplicar uma política contábil retrospectivamente e a aplicação retrospectiva tiver um efeito material sobre as informações do balanço patrimonial, no início do período anterior.
- III. As demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da continuidade, mesmo que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista, senão a descontinuidade de suas atividades.

É(são) correta(s) a(s) assertiva(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III.
- (E) III, apenas.

65 A entidade Amazônidas S/A possui um investimento em uma coligada, avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). No encerramento do exercício, a coligada registrou uma valorização de ativos financeiros classificados como “Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes” (caso hipotético). De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações e em conformidade à NBC TG 18 (4) Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a Amazônidas S/A deve

- (A) reconhecer a variação proporcional como Receita de Equivalência Patrimonial na DRE, visto que o investimento aumentou de valor.
- (B) registrar a variação em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, para manter a simetria com a natureza da variação na coligada.
- (C) ignorar a variação, pois o MEP só reconhece alterações decorrentes do lucro líquido ou prejuízo da coligada.
- (D) reconhecer o valor como Ganho de Capital, no Resultado do Exercício, pois trata-se de um item não operacional.
- (E) registrar como Receita Diferida no Passivo Não Circulante, até que o ativo financeiro da coligada seja vendido.

66 Considere as seguintes informações, relativas à Cia PapaXibé (caso hipotético):

- Patrimônio Líquido no início do exercício de 2025: R\$ 1.000.000,00.
- Lucro Líquido do Exercício de 2025: R\$ 320.000,00.
- Destinação de 5% para Reserva Legal.
- Aquisição de ações da própria companhia: R\$ 50.000,00.
- Ajuste positivo de Avaliação Patrimonial, referente a instrumentos financeiros avaliados a valor justo, de R\$ 20.000,00.
- Distribuição de dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Considerando, exclusivamente, essas informações, o valor do Patrimônio Líquido, no final de 2025, a ser apresentado no Balanço Patrimonial é de

- (A) R\$ 1.198.000,00.
- (B) R\$ 1.194.000,00.
- (C) R\$ 1.290.000,00.
- (D) R\$ 1.214.000,00.
- (E) R\$ 1.210.000,00.

67 Considerando as variações patrimoniais, descritas acima, ocorridas no patrimônio da Cia PapaXibe, pode-se afirmar que

- (A) o Ajuste positivo de Avaliação Patrimonial, referente a instrumentos financeiros avaliados a valor justo, não afeta o Patrimônio Líquido, logo, não deve ser apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e sim na Demonstração do Resultado do Exercício, compondo o resultado do exercício.
- (B) os valores relativos à distribuição dos dividendos obrigatórios devem ser apresentados no Balanço Patrimonial, como conta redutora do Patrimônio Líquido.
- (C) os Ajustes de Avaliação Patrimonial, referentes a instrumentos financeiros avaliados a valor justo, são considerados Outros Resultados Abrangentes e devem ser apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.
- (D) as aquisições de ações pela própria companhia representam uma expectativa de aumento de capital, logo, devem ser apresentadas positivamente no Balanço Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido.
- (E) o valor destinado para constituição da Reserva Legal deve ser apresentado no Balanço Patrimonial, com efeito positivo e na Demonstração do Resultado do Exercício, com efeito negativo.

68 A Cia Cheiro do Pará adquiriu, pelo valor de R\$ 800.000,00 (com ICMS incidente de 19%), uma máquina para modernizar o seu parque industrial e aumentar sua produção (caso hipotético). A máquina, de acordo com o fabricante, possui uma vida útil de 10 anos, com capacidade produtiva total de 100.000 unidades.

Considere as seguintes informações adicionais:

- No primeiro ano de funcionamento, a máquina produziu 10.000 unidades.
- A companhia irá utilizar o ICMS da compra como crédito na sua escrita fiscal.
- A depreciação será calculada pelo método de unidades produzidas.
- O valor residual da máquina assumido pela companhia será de 10% do seu custo contábil.

Com base nas disposições do CPC 26 (R5) Imobilizado e, exclusivamente, nas informações acima, o valor contábil do imobilizado, no final do primeiro ano de uso da máquina será

- (A) R\$ 727.200,00.
- (B) R\$ 648.000,00.
- (C) R\$ 595.512,00.
- (D) R\$ 589.680,00.
- (E) R\$ 583.200,00.

69 Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade, como resultado de eventos passados. O recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Com base nas disposições contidas na NBC TG Estrutura Conceitual, analise as assertivas a seguir:

- I. Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo que esse direito produzirá benefícios econômicos.
- II. Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa.
- III. Embora o valor do recurso econômico decorra do seu potencial atual de produzir benefícios econômicos futuros, o recurso econômico é o direito presente que contém esse potencial, e não os benefícios econômicos futuros que o direito pode produzir.

É(são) correta(s) a(s) assertiva(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III.
- (E) III, apenas.

70 De acordo com a NBCTG Estrutura Conceitual, o reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente de item que atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis – ativo, passivo, patrimônio líquido, receita ou despesa. Reconhecimento envolve refletir o item em uma dessas demonstrações – seja isoladamente ou em conjunto com outros itens – em palavras e por meio do valor monetário, e incluir esse valor em um ou mais totais nessa demonstração. Nesse contexto, analisem-se as assertivas a seguir:

- I. O reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo, tanto de receitas como das respectivas despesas.
- II. Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.
- III. As demonstrações estão vinculadas porque o reconhecimento de item (ou mudança em seu valor contábil) exige o reconhecimento ou desreconhecimento de um ou mais itens.

É(são) correta(s) a(s) assertiva(s)

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

71 Considere as informações a seguir, relativas às operações da empresa Brega Ltda (caso hipotético).

- Custo Unitário do Produto Óleo de Patchouli: R\$ 3,00.
- Preço de Venda do Produto Óleo de Patchouli: R\$ 15,00.
- Quantidade vendida: 1.000 unidades.
- Despesas Tributárias: ICMS 20%; PIS 2%; COFINS: 8%.
- Despesas Comerciais: R\$ 1.000,00.
- Despesas Administrativas: R\$ 2.000,00.
- Despesas Trabalhistas: R\$ 4.000,00.

Considerando, exclusivamente, essas informações, a margem de contribuição total da empresa é

- (A) R\$ 7.652,00.
- (B) R\$ 1.126,00.
- (C) R\$ 7.237,00.
- (D) R\$ 7.800,00.
- (E) R\$ 12.000,00.

72 Os gestores da área de custo da empresa Melhor do Norte Ltda realizaram um levantamento de informações do resultado apresentado pela empresa em 2025, conforme apresentado a seguir (caso hipotético):

Descrição	R\$
Vendas (800.000 unidades a R\$ 20,00)	16.000.000,00
Custos Variáveis:	6.400.000,00
Custos Fixos:	
Aluguel	600.000,00
Salários e encargos	1.200.000,00
Depreciação	80.000,00
Materiais consumidos na fábrica	120.000,00
Outros custos de produção	2.000.000,00
Lucro	5.600.000,00

A finalidade é identificar o Ponto de Equilíbrio Econômico – PEE, para fins de planejamento das vendas de 2026. Considerando, exclusivamente, as informações acima e que a empresa pretende aumentar seu lucro em 10%, em 2026, o novo PEE projetado da empresa para 2026, aumentará em relação a 2025, em, aproximadamente,

- (A) 10%.
- (B) 5,88%.
- (C) 9,88%.
- (D) 5,83%.
- (E) 9,83%.

73 A Empresa Melhor do Norte Ltda produz um item que vende por R\$ 12,00. Os custos fixos de produção são de R\$ 250.000,00 por ano, e o custo variável é de 5,00 por unidade. O volume anual de saídas de produção é de 60.000 unidades, mas pode ser aumentado para 70.000.

Considerando que o aumento da produção para 70.000 unidades requer um acréscimo ao custo fixo de R\$ 30.000,00, é correto afirmar que

- (A) o ponto de equilíbrio contábil antes do aumento da produção é de 35.000 unidades.
- (B) o ponto de equilíbrio contábil depois do aumento da produção é de 40.000 unidades.
- (C) o resultado da empresa aumentou, aproximadamente, 17% em relação ao resultado anterior.
- (D) o resultado da empresa, após o aumento da produção, corresponde a, aproximadamente, 22%.
- (E) o resultado da empresa, após o aumento da produção, é de R\$ 240.000,00.

74 A Cia AmazonTech apresentou as seguintes informações, relativas ao ano de 2025 (caso hipotético):

- Preço de venda unitário: R\$ 500,00.
- Custos e Despesas Variáveis: R\$ 150,00 por unidade.
- Custos e Despesas Fixos Totais: R\$ 1.000.000,00 por ano.
- Lucro Líquido: R\$ 300.000,00.

Considerando apenas os dados apresentados, é correto afirmar que

- (A) o Grau de Alavancagem Operacional é de 1,5.
- (B) o Ponto de Equilíbrio Contábil é de 2.500 unidades.
- (C) a Margem de Segurança, em unidades, é de, aproximadamente, 857 unidades.
- (D) o Ponto de Equilíbrio Econômico, para o lucro desejado, é de 2.500 unidades.
- (E) a Margem de Segurança em reais é de R\$ 430.000,00.

75 Considerando os dados da questão anterior, e que a empresa pretende aumentar o preço de venda, para 2026, em 10%, o seu Grau de Alavancagem corresponderá a

- (A) 3,06.
- (B) 4,33.
- (C) 1,10.
- (D) 2,85.
- (E) 5,00.

76 O contador da prefeitura do município de Curralinho precisou fazer um estudo na composição patrimonial daquele município, então, buscou fundamentação na Lei nº 4.320/1964 referente à composição do patrimônio público, a partir da visão contábil. A partir dos estudos do contador, desenvolveram-se as seguintes assertivas:

- I. O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, conforme definição expressa no § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/1964.
- II. O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, nos termos do § 2º do art. 105 da Lei nº 4.320/1964.
- III. O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras cujo pagamento dependa de autorização legislativa, conforme disposto no § 3º do art. 105 da Lei nº 4.320/1964.
- IV. As contas de compensação registram os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio, conforme previsão do § 5º do art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

A partir do que está previsto na Lei nº 4.320/1964, são verdadeiras as afirmativas

- (A) I, II e IV, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

77 No encerramento do exercício de 2025, o contador da Prefeitura Municipal de Goianésia registrou os seguintes fatos contábeis, todos devidamente reconhecidos no enfoque patrimonial (caso hipotético):

1. Pagamento de subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores ativos, bem como encargos incidentes sobre a folha de pagamento;
2. Concessão de benefícios assistenciais no âmbito de políticas públicas de enfrentamento da pobreza;
3. Reconhecimento de juros auferidos em aplicações financeiras de recursos disponíveis;
4. Concessão de transferências financeiras a entidade privada sem fins lucrativos, sem contraprestação direta;
5. Reconhecimento de perdas decorrentes da alienação de bens do ativo.

Com base nas classificações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do patrimônio público, é correto afirmar que

- (A) o fato 1 configura Pessoal e Encargos; o fato 2 configura Variações Patrimoniais Aumentativas Tributárias; o fato 3 configura Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; o fato 4 configura Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; e o fato 5 configura Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.
- (B) os fatos 1 e 4 configuram Transferências e Delegações Concedidas; o fato 2 configura Benefícios Previdenciários e Assistenciais; o fato 3 configura Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; e o fato 5 configura Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.
- (C) o fato 1 configura Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; o fato 2 configura Transferências e Delegações Concedidas; o fato 3 configura Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; o fato 4 configura Transferências e Delegações Recebidas; e o fato 5 configura Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.
- (D) os fatos 1 e 2 configuram Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais; o fato 3 configura Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; o fato 4 configura Transferências e Delegações Concedidas; e o fato 5 configura Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.
- (E) Os fatos 1 e 2 configuram Pessoal e Encargos; o fato 3 configura Contribuições; o fato 4 configura Transferências e Delegações Concedidas; e o fato 5 configura Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

78 No encerramento do exercício financeiro, a Secretaria de Saúde Pública do Pará procedeu ao reconhecimento patrimonial da aquisição de um software destinado à gestão hospitalar (caso hipotético). O contrato assegurou direito de uso por prazo indeterminado, com possibilidade de atualizações contínuas. Na análise contábil, discutiu-se a correta classificação do bem no ativo, bem como o tratamento subsequente quanto à alocação do valor ao longo do tempo ou à avaliação de eventual perda da capacidade de geração de benefícios ou de potencial de serviços.

Considerando o enfoque patrimonial da Lei nº 4.320/1964 e dos critérios estabelecidos pelas normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, é correto afirmar que

- (A) o software deve ser reconhecido como ativo imobilizado, por estar associado à prestação de serviços públicos, ficando sujeito à depreciação.
- (B) o software deve ser reconhecido como ativo intangível, devendo ser amortizado, ainda que não seja possível determinar sua vida útil.
- (C) o software deve ser reconhecido como ativo intangível, mensurado pelo custo de aquisição, sendo amortizado ou avaliado quanto à recuperabilidade, conforme o caso.
- (D) o software, por não possuir substância física, não atende aos requisitos de reconhecimento como ativo, devendo ser tratado como despesa do período.
- (E) os ativos intangíveis reconhecidos no setor público não se submetem à avaliação de recuperabilidade, aplicável apenas ao ativo imobilizado.

79 A Universidade do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA possui um prédio destinado a laboratórios de pesquisa científica, classificado como ativo não gerador de caixa. Após inspeção técnica, constatou-se deterioração estrutural relevante decorrente de infiltrações, reduzindo substancialmente a capacidade de uso de parte do imóvel. A administração concluiu que o valor contábil do bem não refletia mais adequadamente seu potencial de prestação de serviços (caso hipotético).

Para fins de mensuração da perda por redução ao valor recuperável, a equipe de contabilidade avaliou alternativas previstas nas normas aplicáveis, incluindo o valor de serviço recuperável, apurado com base no custo de reposição depreciado. À luz das NBC TSP e do MCASP (8ª edição), analise as afirmativas a seguir:

- I. Em ativos não geradores de caixa, o valor de serviço recuperável corresponde ao maior valor entre o custo de reposição depreciado, o valor justo líquido de despesas de alienação e o valor em uso, quando este puder ser mensurado de forma confiável.
- II. A utilização do custo de reposição depreciado pressupõe a identificação de um ativo equivalente moderno, ajustado pela perda do potencial de serviços já consumidos e pelas limitações físicas ou funcionais existentes.
- III. Reconhecida a perda por redução ao valor recuperável com base no custo de reposição depreciado, a entidade deve considerar, em avaliações subsequentes, a possibilidade de reversão da perda sempre que houver evidências objetivas de recuperação do potencial de serviços.

É(São) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

RASCUNHO

80 Durante o processo de encerramento das demonstrações contábeis, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará analisou os efeitos patrimoniais de ações judiciais coletivas de natureza trabalhista movidas por servidores (caso hipotético). Para determinado conjunto de demandas, houve sentença desfavorável em primeira instância. A área jurídica concluiu que a saída de recursos é provável, que o valor pode ser estimado com razoável segurança e que, embora exista possibilidade de recurso, não há indícios relevantes de reversão do entendimento firmado.

No âmbito da análise contábil, discutiu-se a correta classificação da obrigação, considerando as categorias de provisão, passivo contingente e obrigação legal, bem como os efeitos no patrimônio da entidade. À luz da NBC TSP e do MCASP (8ª edição), é correto afirmar que a obrigação

(A) caracteriza passivo contingente, devendo ser apenas divulgada em notas explicativas, pois a existência de recurso judicial afasta o reconhecimento contábil no passivo.

(B) deve ser reconhecida como provisão no passivo, com registro de variação patrimonial diminutiva, ainda que a obrigação decorra de decisão judicial não transitada em julgado.

(C) configura obrigação legal apenas após o trânsito em julgado, razão pela qual, antes desse marco, é vedado qualquer reconhecimento contábil ou divulgação.

(D) deve ser classificada como passivo exigível definitivo, por decorrer de sentença judicial, sendo incabível o uso da conta de provisão.

(E) deve ser registrada como despesa orçamentária do exercício, por se tratar de risco jurídico provável, independentemente de sua classificação patrimonial.

81 À luz da NBC TSP e do MCASP, julgue uma dada situação em que a Universidade Federal do Pará figura como parte ré em demanda judicial proposta por empresa contratada, na qual a avaliação jurídica conclui pela existência de obrigação possível, mas não provável, e pela inexistência de estimativa confiável do valor eventualmente devido (caso hipotético). Do ponto de vista contábil-patrimonial, é correto afirmar que se trata de

(A) reconhecimento de provisão, por se tratar de obrigação presente derivada de evento passado, ainda que a probabilidade de saída de recursos não seja classificada como provável.

(B) reconhecimento de passivo exigível, uma vez que a obrigação presente se caracteriza pela simples existência de demanda judicial em curso.

(C) ausência de qualquer reconhecimento ou divulgação, por não se configurar obrigação presente nem estimativa mensurável.

(D) registro como despesa orçamentária do exercício, em função do risco potencial de saída futura de recursos financeiros.

(E) divulgação como passivo contingente, em razão de se tratar de obrigação possível, sem reconhecimento no passivo patrimonial.

82 Nos termos da Lei nº 4.320/1964, da NBC TSP 01 e do MCASP (8ª edição), considere que a Prefeitura Municipal de Ananindeua efetuou regularmente o lançamento do IPTU, constituindo o crédito tributário correspondente. Parte relevante desses créditos, contudo, apresenta histórico de inadimplência, sendo possível estimar, com base em dados objetivos, a parcela com baixa expectativa de realização (caso hipotético). Diante dessa situação, o tratamento contábil adequado exige que

(A) o lançamento tributário gere apenas registro orçamentário, ficando o reconhecimento patrimonial condicionado à arrecadação, sem constituição de crédito a receber ou ajuste para perda.

(B) o crédito tributário seja reconhecido no ativo, com registro da variação patrimonial aumentativa, permanecendo vedado qualquer ajuste para perda esperada antes da inscrição em dívida ativa.

(C) o reconhecimento do crédito a receber ocorra apenas após a arrecadação, sendo o ajuste para perda esperada incompatível com receitas tributárias.

(D) o lançamento tributário origine crédito a receber no ativo e variação patrimonial aumentativa, com reconhecimento de ajuste quando evidenciada a redução na expectativa de realização.

(E) o lançamento tributário produza exclusivamente efeitos orçamentários, enquanto eventuais perdas sejam tratadas apenas em notas explicativas.

83 Os relatórios do Sistema de Custos do Hospital Universitário João de Barros Barreto evidenciaram aumento do custo unitário de determinado serviço assistencial, em contexto de redução do volume de atendimentos e de estabilidade do montante global das despesas orçamentárias executadas (caso hipotético).

À luz dos objetivos do Sistema de Custos no setor público e de sua utilização para a análise integrada entre custos, produtos e resultados institucionais, é correto afirmar que

(A) a elevação do custo unitário configura, por si só, ineficiência administrativa, devendo ser tratada como indício de irregularidade na execução da despesa pública.

(B) a análise de desempenho institucional pode ser realizada exclusivamente com base nas informações de custos, sendo prescindível a consideração dos produtos gerados pelo serviço.

(C) o aumento do custo unitário pode resultar da redução do volume de serviços prestados, exigindo avaliação conjunta dos custos incorridos, dos produtos entregues e dos resultados alcançados.

(D) o sistema de custos no setor público tem finalidade restrita à apuração de despesas, não se prestando à avaliação de eficiência, eficácia ou efetividade das políticas públicas.

(E) a correlação entre custos, produtos e resultados é incompatível com o regime orçamentário público, limitando-se sua aplicação a organizações do setor privado.

84 Durante a execução orçamentária do Conselho Nacional de Saúde, foi realizada a aquisição emergencial de materiais de consumo, com empenho, liquidação e pagamento ocorridos no mesmo exercício financeiro (caso hipotético). Os registros contábeis dessa despesa foram efetuados conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), observando-se a natureza da informação contábil.

Considerando os lançamentos típicos dessa despesa, associe cada fase a seguir às respectivas classes de contas do PCASP:

I. Registro do comprometimento do crédito orçamentário aprovado e do controle do compromisso assumido.

II. Reconhecimento da execução da despesa e da obrigação correspondente perante terceiros.

III. Registro da despesa paga e da baixa da obrigação anteriormente reconhecida.

As fases I, II e III correspondem, respectivamente, às classes

(A) 5 e 6; 6 e 7; 7 e 8.

(B) 5 e 7; 6 e 8; 6 e 8.

(C) 6 e 7; 5 e 8; 6 e 8.

(D) 7 e 8; 5 e 6; 6 e 7.

(E) 5 e 8; 6 e 7; 7 e 8.

85 No exame das demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Belém, elaboradas segundo o regime de competência patrimonial, o Tribunal de Contas do Estado identificou impropriedades relacionadas à evidenciação de fatos contábeis que impactaram o patrimônio líquido, notadamente aqueles decorrentes de reavaliações e reduções ao valor recuperável de ativos não financeiros, bem como inconsistências na classificação de fluxos financeiros associados à aquisição de bens de capital financiados por operações de crédito (caso hipotético). Diante dessas constatações, verificou-se que as impropriedades decorrem de inadequada compreensão quanto ao escopo e à finalidade de cada demonstração contábil, especialmente no que se refere à distinção entre evidenciação patrimonial e classificação dos fluxos financeiros.

Considerando a estrutura, o conteúdo e a finalidade das demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, conforme disciplinado pelo MCASP – 8ª edição, é correto afirmar que

(A) a Demonstração das Variações Patrimoniais deve evidenciar as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, inclusive aquelas decorrentes de reavaliações, *impairment* e ajustes de avaliação patrimonial, ainda que não resultem de sua execução orçamentária nem impliquem movimentação financeira imediata.

(B) a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia apenas os fluxos financeiros decorrentes da execução orçamentária, devendo eventos extraorçamentários ser evidenciados exclusivamente em notas explicativas.

(C) os efeitos patrimoniais decorrentes de ajustes de avaliação de ativos integram o conteúdo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, razão pela qual não devem ser evidenciados na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(D) os desembolsos relativos à aquisição de ativos imobilizados financiados por operações de crédito devem ser classificados, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, como atividades de financiamento, em razão da origem dos recursos que suportam o dispêndio.

(E) a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa no setor público está condicionada ao regime contábil adotado pelo ente, sendo dispensável quando prevalecer o regime de competência patrimonial.

86 No exame das informações contábil-patrimoniais da Prefeitura Municipal de Marabá relativas a determinado exercício, o órgão público de controle externo avaliou a mensuração econômica de serviços públicos universais prestados gratuitamente à população (caso hipotético).

No período analisado, a administração municipal executou serviços cujo valor econômico, estimado a preços de mercado, totalizou R\$ 45.000.000,00, sendo R\$ 18.000.000,00 referentes à coleta de resíduos sólidos e R\$ 27.000.000,00 a atendimentos ambulatoriais em unidades básicas de saúde. Para a execução desses serviços, foram reconhecidos, pelo regime de competência patrimonial, custos diretamente atribuíveis de R\$ 37.000.000,00, compreendendo gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros e depreciação dos ativos utilizados. Não houve cobrança de tarifas, taxas ou outros ingressos financeiros vinculados. Com base nessas informações, buscou-se avaliar o resultado econômico decorrente da prestação desses serviços.

À luz dos fundamentos aplicáveis à apuração do resultado econômico no setor público, é correto afirmar que **(A)** a inexistência de receitas impede a apuração do resultado econômico, devendo os custos ser reconhecidos apenas como variações patrimoniais diminutivas.

(B) o resultado econômico é deficitário em R\$ 19.000.000,00, correspondente aos custos não cobertos por receitas orçamentárias.

(C) o resultado econômico é superavitário em R\$ 8.000.000,00, apurado pela diferença entre o valor econômico dos serviços prestados e os custos incorridos, devendo ser evidenciado em demonstração específica.

(D) o valor econômico dos serviços (R\$ 45.000.000,00) deve ser reconhecido como receita patrimonial aumentativa no período.

(E) a mensuração do resultado econômico é incompatível com serviços públicos universais e gratuitos.

87 Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Estado do Pará, foram analisadas as participações institucionais da (i) PRODEPA – Empresa de Tecnologia, Informação e Comunicação do Estado do Pará, do (ii) Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e do (iii) Consórcio Multimodal dos Municípios da Região de Carajás – CONCARAJÁS, conforme legenda abaixo:

(i) empresa estatal não dependente, exploradora de atividade econômica;

(ii) fundo especial vinculado à administração direta, sem personalidade jurídica própria; e

(iii) consórcio público constituído sob a forma de associação pública, com participação do Estado e de municípios.

À luz da NBC TSP e do MCASP (8ª edição), o tratamento contábil adequado para fins de consolidação é aquele segundo o qual

(A) o fundo especial integra a consolidação, por outro lado, a empresa estatal não dependente e o consórcio público somente a integram se caracterizado o controle pelo Estado.

(B) o fundo especial e o consórcio público integram a consolidação, enquanto a empresa estatal não dependente permanece fora, por explorar atividade econômica.

(C) apenas o fundo especial integra a consolidação, sendo a empresa estatal não dependente e o consórcio público excluídos em razão de sua autonomia jurídica.

(D) todas as entidades mencionadas integram a consolidação, bastando a participação institucional do Estado, independentemente da existência de controle.

(E) nenhuma das entidades integra a consolidação, devendo suas informações serem evidenciadas apenas por meio de notas explicativas.

RASCUNHO

88 A Prefeitura de Belém, ao elaborar suas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025, apresentou as seguintes informações relacionadas ao Patrimônio Líquido (caso hipotético):

- Saldo inicial do Patrimônio Líquido: R\$ 300 milhões.
- Superávit patrimonial do exercício, apurado na DVP: R\$ 40 milhões.
- Ajustes de avaliação patrimonial positivos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido: R\$ 20 milhões.
- Destinação de parcelas do resultado para fundos municipais, evidenciada na DMPL: R\$ 15 milhões.

Considerando a finalidade e o conteúdo da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) no âmbito do setor público, quanto ao saldo final do Patrimônio Líquido e ao papel da DMPL na conciliação das mutações patrimoniais, é correto afirmar que o saldo final do Patrimônio Líquido é de

- (A) R\$ 345 milhões, e a DMPL substitui a DVP, ao consolidar todas as variações ocorridas no exercício.
- (B) R\$ 345 milhões, e a DMPL evidencia, além do resultado apurado na DVP, as mutações reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido.
- (C) R\$ 360 milhões, e a DMPL registra apenas os ajustes de avaliação patrimonial ocorridas no período.
- (D) R\$ 345 milhões, e a DMPL evidencia exclusivamente os superávits e déficits patrimoniais do exercício.
- (E) R\$ 360 milhões, e a DMPL evidencia as variações patrimoniais aumentativas do período.

89 No exercício de 2025, a Prefeitura de Belém realizou as seguintes operações que impactaram seu patrimônio (caso hipotético):

- Arrecadação de R\$ 80 milhões de IPTU;
- Recebimento de R\$ 50 milhões da União, por meio de convênio para obras de saneamento, sem exigência de contraprestação direta ou específica;
- Alienação de terrenos municipais, com ingresso de R\$ 20 milhões;
- Recebimento de doações de equipamentos hospitalares, avaliadas em R\$ 15 milhões, provenientes de organização internacional.

À luz dos critérios conceituais do MCASP – 8ª edição - para a classificação das transações no setor público quanto à existência ou não de contraprestação, é correto afirmar que

- (A) a arrecadação de IPTU, os convênios recebidos e as doações configuram transações sem contraprestação, enquanto a alienação de terrenos caracteriza transação com contraprestação.
- (B) a arrecadação de IPTU e o recebimento de convênios da União caracterizam transações com contraprestação, ao passo que a alienação de terrenos e as doações configuram transações sem contraprestação.
- (C) a alienação de terrenos e os convênios da União configuram transações com contraprestação, enquanto o IPTU e as doações caracterizam transações sem contraprestação.
- (D) todas as operações descritas configuram transações sem contraprestação, em razão da inexistência de vínculo direto entre pagamento e benefício individualizado.
- (E) apenas as doações recebidas configuram transações sem contraprestação, sendo as demais classificadas como transações com contraprestação.

90 O Município de Salvaterra consignou, na Lei Orçamentária Anual de 2025, dotação no valor de R\$ 2.400.000,00 destinada à construção de uma escola municipal (caso hipotético). Durante o exercício financeiro de 2025, a despesa autorizada para esse fim foi integralmente empenhada, apurando-se, até o encerramento do exercício, a liquidação parcial de R\$ 1.600.000,00, referente às medições da obra efetivamente executadas, bem como a realização de pagamentos no valor de R\$ 1.000.000,00.

Considerando os estágios da despesa orçamentária, a inscrição em restos a pagar e os efeitos no Balanço Orçamentário do exercício de 2025, é correto afirmar que

- (A) não haverá inscrição em restos a pagar, uma vez que o empenho foi integral, e o Balanço Orçamentário refletirá apenas a despesa liquidada no exercício.
- (B) será inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 1.400.000,00, e o Balanço Orçamentário evidenciará despesa liquidada e paga em igual montante.
- (C) será inscrito em restos a pagar processados o valor de R\$ 600.000,00, e o Balanço Orçamentário evidenciará a execução da despesa nos estágios correspondentes ao exercício.
- (D) será inscrito em restos a pagar processados o valor de R\$ 1.400.000,00, e o Balanço Orçamentário evidenciará despesa empenhada e paga em valores idênticos.
- (E) será inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 600.000,00, e o Balanço Orçamentário evidenciará apenas a despesa paga no exercício.

91 O Estado do Pará previu arrecadar R\$ 1.000.000,00 em ICMS no exercício financeiro de 2025. Ao longo desse exercício, foi constituído o crédito tributário correspondente ao valor integral estimado, tendo sido arrecadados R\$ 800.000,00 junto à rede arrecadadora, dos quais R\$ 750.000,00 foram efetivamente recolhidos aos cofres do Tesouro até 31 de dezembro de 2025, procedendo-se, ao final do exercício, à inscrição do saldo do crédito não recebido (caso hipotético).

Considerando os estágios da receita pública, a frustração da arrecadação no exercício, a inscrição em dívida ativa e os efeitos no Balanço Orçamentário, é correto afirmar que a frustração da arrecadação no exercício financeiro corresponde à diferença entre

(A) a previsão e o recolhimento, no valor de R\$ 250.000,00, sendo esse montante inscrito em dívida ativa tributária, e o Balanço Orçamentário evidencia a receita recolhida.

(B) a arrecadação e o recolhimento, no valor de R\$ 50.000,00, sendo esse montante inscrito em dívida ativa tributária, e o Balanço Orçamentário evidencia a receita recolhida.

(C) a previsão e o lançamento, no valor de R\$ 200.000,00, sendo esse montante inscrito em dívida ativa não tributária, e o Balanço Orçamentário evidencia a receita lançada.

(D) o lançamento e a arrecadação, no valor de R\$ 200.000,00, sendo esse montante inscrito em dívida ativa não tributária, e o Balanço Orçamentário evidencia a receita recolhida.

(E) a previsão e a arrecadação, no valor de R\$ 200.000,00, sendo esse montante inscrito em dívida ativa tributária, e o Balanço Orçamentário evidencia a receita arrecadada.

92 No exercício financeiro de 2025, o Município de Soure executou despesa orçamentária relativa a obras de pavimentação urbana, tendo ocorrido os seguintes fatos (caso hipotético):

- Emissão de empenho no valor de R\$ 2.000.000,00;

- Liquidação parcial da despesa, no montante de R\$ 1.500.000,00, com base em medição da obra executada até 31/12/2025;

- Pagamento de R\$ 1.200.000,00 ao contratado dentro do exercício.

Considerando o que dispõem a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP (8ª edição) sobre a execução orçamentária e financeira da despesa pública, a inscrição em restos a pagar e os efeitos no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, analise as assertivas a seguir:

I. O valor de R\$ 300.000,00, correspondente à despesa liquidada e não paga até o encerramento do exercício, deverá ser inscrito em restos a pagar processados, produzindo efeito orçamentário no exercício de 2025 e efeito financeiro apenas no exercício seguinte.

II. No Balanço Orçamentário de 2025, a despesa empenhada será evidenciada pelo valor de R\$ 2.000.000,00, e a despesa paga corresponderá a R\$ 1.200.000,00, sendo o saldo inscrito em restos a pagar refletido apenas em demonstrativos complementares.

III. No Balanço Financeiro de 2025, o pagamento efetuado no valor de R\$ 1.200.000,00 será evidenciado como saída de recursos financeiros, enquanto a inscrição em restos a pagar processados não implicará movimentação financeira no exercício.

É(São) correta(s) a(s) assertiva(s)

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

93 No curso de auditoria realizada no Ministério da Infraestrutura, foram analisadas movimentações financeiras ocorridas no exercício, envolvendo receitas, despesas e recursos vinculados, todas expressas em reais (caso hipotético):

- Recebimento de transferência decorrente de convênio internacional, creditada em conta específica de autarquia vinculada: R\$ 1.000.000,00;
- Pagamento de despesas correntes do ministério, realizado por intermédio da Conta Única do Tesouro Nacional: R\$ 2.400.000,00;
- Movimentação de recursos de fundo especial, instituído por lei específica, mantidos em conta distinta da Conta Única: R\$ 600.000,00;
- Arrecadação de taxas de fiscalização diretamente em conta bancária própria do órgão: R\$ 400.000,00;
- Ingresso de receita de serviços prestados por empresa estatal dependente, registrada em conta bancária própria: R\$ 800.000,00.

Considerando as regras relativas à Conta Única do Tesouro Nacional, a alternativa que indica corretamente o montante cuja movimentação é obrigatória pela Conta Única e o montante que pode ser movimentado fora dela, por previsão legal, respectivamente, é

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| (A) Conta Única: R\$ 2.400.000,00 | Fora da Conta Única: R\$ 2.800.000,00 |
| (B) Conta Única: R\$ 4.600.000,00 | Fora da Conta Única: R\$ 600.000,00 |
| (C) Conta Única: R\$ 3.000.000,00 | Fora da Conta Única: R\$ 2.200.000,00 |
| (D) Conta Única: R\$ 2.800.000,00 | Fora da Conta Única: R\$ 2.400.000,00 |
| (E) Conta Única: R\$ 3.400.000,00 | Fora da Conta Única: R\$ 1.800.000,00 |

94 Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União na Universidade Federal do Pará (UFPA), foram analisados atos relativos à concessão e à utilização de suprimento de fundos destinados ao atendimento de despesas urgentes e de pequeno vulto. Constatou-se que a despesa foi precedida de empenho, vinculada a dotação específica, e que houve prestação de contas tempestiva pelo servidor suprido (caso hipotético). Entretanto, a unidade técnica identificou que parte das despesas realizadas poderia ter sido previamente planejada e que determinados gastos se aproximaram do limite máximo estabelecido na regulamentação aplicável. Diante desses fatos, passou-se à análise da regularidade da despesa, das responsabilidades do servidor suprido e do ordenador de despesa, assim como providências cabíveis no âmbito do controle externo.

Considerando a natureza do suprimento de fundos, os aspectos contábeis e orçamentários envolvidos, a responsabilização dos agentes e a atuação do controle externo, é correto afirmar que

- (A) o cumprimento das formalidades da despesa e a prestação de contas regular afastam a análise da finalidade do gasto e impedem a responsabilização dos agentes pelo controle externo.
- (B) a realização de despesas passíveis de planejamento por meio de suprimento de fundos impõe a devolução integral dos valores e a responsabilização exclusiva do servidor suprido.
- (C) a execução de despesas mediante suprimento de fundos não afasta a apuração de irregularidades nem a responsabilização dos agentes, caso constatado desvio de finalidade.
- (D) a proximidade do valor da despesa ao limite admitido descaracteriza o suprimento de fundos e converte sua execução em procedimento ordinário.
- (E) a atuação do controle externo restringe-se à verificação do crédito e do empenho, não alcançando a legitimidade nem a economicidade do gasto.

95 Durante o exercício financeiro de 2024, o município de Santa Isabel arrecadou R\$ 200.000,00 de ISS e empenhou R\$ 160.000,00 relativos a despesas de manutenção escolar (caso hipotético). A contabilidade da referida prefeitura analisou os registros a serem efetuados, considerando o enfoque orçamentário disciplinado pela Lei nº 4.320/1964, e o enfoque patrimonial, regido pelas NBC TSP e pelo MCASP (8ª edição).

A alternativa que apresenta corretamente os registros contábeis, segundo os regimes aplicáveis, é

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| (A) D – Caixa | D – Despesa de Manutenção Escolar |
| C – Receita Orçamentária de ISS | C – Caixa |
| (B) D – Caixa | D – Crédito Tributário a Receber |
| C – Receita Orçamentária | C – Variação Patrimonial Aumentativa |
| (C) D – Receita Tributária a Receber | D – Despesa de Manutenção Escolar |
| C – Variação Patrimonial Aumentativa | C – Obrigação a Pagar |
| (D) D – Caixa | D – Despesa Orçamentária Empenhada |
| C – Variação Patrimonial Aumentativa | C – Caixa |
| (E) D – Crédito Tributário a Receber | D – Despesa Orçamentária Empenhada |
| C – Receita Orçamentária de ISS | C – Obrigação a Pagar |

96 A empresa Belterra Metalúrgica Ltda fabrica equipamentos agrícolas de pequeno porte e adota o sistema de departamentalização para fins de apuração de custos. Sua estrutura produtiva é composta pelos seguintes departamentos:

- Departamentos de Produção: Usinagem e Montagem
- Departamentos de Serviços: Manutenção e Almoxarifado

No mês de referência, os custos incorridos foram os seguintes:

Departamento	Custos Incorridos (R\$)
Usinagem	120.000,00
Montagem	80.000,00
Manutenção	60.000,00
Almoxarifado	40.000,00

A empresa decidiu realizar a redistribuição dos custos dos departamentos de serviços para os departamentos de produção, com base nos seguintes critérios técnicos:

- Manutenção: horas de manutenção prestadas
Usinagem: 60%
Montagem: 40%
- Almoxarifado: requisições de materiais
Usinagem: 25%
Montagem: 75%

Considerando os conceitos de departamentalização, centros de custos, departamentos de serviços e de produção, bem como os princípios de causalidade e racionalidade na alocação de custos, analise as assertivas a seguir:

- I. Após a redistribuição dos custos dos departamentos de serviços, o custo total acumulado no departamento de Usinagem será de R\$ 171.000,00.
- II. Após a redistribuição dos custos dos departamentos de serviços, o custo total acumulado no departamento de Montagem será de R\$ 129.000,00.
- III. A apropriação direta dos custos dos departamentos de serviços aos produtos, sem prévia redistribuição aos departamentos de produção, comprometeria a aderência do sistema ao princípio da causalidade dos custos.
- IV. No sistema de departamentalização, os departamentos de serviços constituem centros de custos intermediários, cujos custos devem ser integralmente transferidos aos departamentos de produção antes da apuração do custo dos produtos.

A partir da análise das assertivas, são verdadeiras as assertivas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

97 A Industrial Santa Maria S/A, que trabalha com a produção de pranchas para skates, ao final do primeiro semestre de 2025, decidiu apurar seus custos de produção. Então, o setor de controladoria emitiu um relatório contendo os seguintes dados:

Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	115.000,00
Estoque Final de Materiais Diretos	60.000,00
Estoque Inicial de Produtos Acabados	100.000,00
Mão-de-obra Indireta (MOI)	35.000,00
Mão-de-obra Direta (MOD)	70.000,00
Constituição de Provisão de Férias e de 13º para MOD e MOI	50.000,00
Despesas Operacionais Pós Fabricação	20.000,00
Compra de Material Direto	150.000,00
Energia Elétrica da Fábrica	22.000,00
Depreciação das Máquinas Industriais	36.000,00
Estoque Final de Produtos Acabados	200.000,00
Estoque inicial de Materiais Diretos	30.000,00
Vendas Líquidas	1.000.000,00
Estoque Final de Produtos e Elaboração	120.000,00

A partir da organização dos dados e respectivos cálculos, é correto afirmar que o custo dos produtos vendidos (CPV) contabilizou

- (A) R\$ 373.000,00.
- (B) R\$ 333.000,00.
- (C) R\$ 228.000,00.
- (D) R\$ 328.000,00.
- (E) R\$ 178.000,00.

98 A empresa Santarém Alimentos Processados S.A, localizada na região oeste do Estado do Pará, atua no setor agroindustrial amazônico, com foco no beneficiamento e comercialização de produtos regionais. Suas operações estão organizadas em duas frentes produtivas claramente distintas. A primeira frente refere-se à produção contínua e padronizada de polpas congeladas de frutas amazônicas, realizadas em grande escala, com fluxo produtivo sequencial e repetitivo, destinadas à distribuição em redes varejistas regionais. A segunda frente corresponde à produção sob encomenda de blends especiais e formulações exclusivas de alimentos funcionais, desenvolvidos conforme especificações técnicas de clientes institucionais, com processos intermitentes e não repetitivos.

Diante dessa estrutura produtiva híbrida, a controladoria da empresa decidiu adotar sistemas distintos de acumulação de custos, de modo a assegurar coerência entre o sistema produtivo e o sistema de custeio, bem como maior precisão na mensuração dos custos dos produtos.

Com base exclusivamente nos fundamentos da contabilidade de custos, nos sistemas de custeio por processos e por ordem de produção, e nos princípios da causalidade, racionalidade e adequação entre processo produtivo e sistema de custeio, é correto afirmar que

- (A) a adoção simultânea dos sistemas de custeio por processos e por ordem de produção em uma mesma empresa é tecnicamente inadequada, pois compromete a padronização dos registros contábeis e inviabiliza o atendimento às exigências fiscais.
- (B) no custeio por ordem de produção, os custos são apropriados de forma média e coletiva, visto que a diversidade técnica das encomendas impede a identificação individual dos custos incorridos em cada pedido.
- (C) no custeio por processos, o custo unitário dos produtos é apurado exclusivamente pela divisão do custo total do período pelo volume físico produzido, sendo conceitualmente dispensável a utilização do conceito de unidades equivalentes.
- (D) a adoção de sistemas distintos de acumulação de custos não altera os procedimentos contábeis nem o tratamento fiscal aplicável, porém modifica substancialmente a forma de mensuração, controle e apropriação dos custos aos produtos.
- (E) a utilização concomitante de diferentes sistemas de acumulação de custos somente é tecnicamente justificável quando as operações produtivas ocorrem em plantas industriais distintas, sendo inadequada dentro de uma mesma unidade fabril.

99 A empresa Açai do Norte Processadora Ltda, localizada no Estado do Pará, atua no beneficiamento e comercialização de polpa de açaí, operando com produção contínua e vendas regulares ao longo do ano. Para fins de análise gerencial e atendimento às exigências societárias, a empresa elabora demonstrações de resultado utilizando diferentes métodos de custeio, avaliando os impactos desses métodos sobre o custo dos produtos vendidos, os estoques e o resultado do período.

No exercício analisado, a empresa apresentou produção superior ao volume de vendas, incorrendo em custos fixos de fabricação relevantes, além de custos e despesas variáveis associadas à produção e à comercialização.

Com base nos conceitos, diferenciações, critérios de apropriação dos custos e impactos dos métodos de custeio nos resultados, analise as assertivas a seguir:

- I. No custeio por absorção, todos os custos de produção, fixos e variáveis, são apropriados aos produtos, de modo que parte dos custos fixos pode permanecer ativada nos estoques, quando o volume produzido é superior ao volume vendido.
- II. No custeio variável, os custos fixos de fabricação não integram o custo dos produtos, sendo reconhecidos integralmente como despesa do período, o que elimina qualquer efeito do volume de produção sobre a mensuração do lucro.
- III. O custeio por absorção é o único método aceito para fins de avaliação de estoques e apuração do resultado contábil, enquanto o custeio variável é destinado exclusivamente a análises gerenciais, sem efeitos sobre a mensuração do lucro.
- IV. Em cenários nos quais a produção excede as vendas, o lucro apurado pelo custeio por absorção tende a ser superior ao lucro apurado pelo custeio variável, em razão da capitalização parcial dos custos fixos nos estoques.

São corretas as assertivas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

100 A empresa Cerâmica Marajoara Ltda, localizada no município de Soure, atua na produção de peças cerâmicas artesanais destinadas ao mercado regional. Para apoiar o processo decisório e o controle dos custos de produção, a gestão solicitou ao contador a apuração das variações entre o custo padrão e o custo real do principal insumo utilizado na fabricação de determinado produto: argila beneficiada.

Com base em estudos técnicos e contratos de fornecimento, o contador estabeleceu como padrão o consumo de 20 kg de argila por unidade produzida, ao preço padrão de R\$ 15,00 por kg.

Ao final do período, ao preparar o relatório gerencial solicitado pela diretoria, o contador apurou que:

- o preço real da argila apresentou uma redução de 20% em relação ao preço padrão.
- o consumo real de argila foi 10% superior ao consumo padrão previamente estabelecido.

Considerando os conceitos de custo padrão, variação de preço e variação de quantidade, e levando em conta exclusivamente a diferença entre o custo padrão total e o custo real total para a produção de uma unidade, é correto afirmar que a variação total do custo da argila foi de

- (A) R\$ 36,00 favorável.
- (B) R\$ 36,00 desfavorável.
- (C) R\$ 40,00 favorável.
- (D) R\$ 40,00 desfavorável.
- (E) R\$ 30,00 desfavorável.